

MULHERES NAS RUAS PELO DIREITO AO TRABALHO DECENTE E À AUTONOMIA!

Lutamos para receber **salário igual por trabalho igual**. Não existe nada que justifique ganharmos menos se fazemos o mesmo trabalho que os homens.

Por **creches públicas, com qualidade, em horário integral, com educação não-sexista, não-racista e não-lesbofóbica, para todas as crianças**. Os governos municipal, estadual e federal devem garantir isso, desde as creches até universidade.

Lutamos para que não sejamos mais as únicas responsáveis pelo trabalho em casa e por cuidar das crianças, doentes e idosos. Essas tarefas são essenciais para a manutenção da vida e da sociedade, e não deixam de ser trabalho.

Pelos **6 meses de licença maternidade e ampliação para a parental, que é a licença para a mãe e para o pai também, sem isenção fiscal para empresas**

e o **direito à amamentação no trabalho**. A maternidade não pode ser considerada um empecilho para as mulheres estarem no emprego. Lutamos para que as **empregadas domésticas tenham os mesmos direitos que toda classe trabalhadora**. Essa é uma atividade, exercida principalmente pelas mulheres negras, que é desvalorizada.

A crise na Europa está facilitando a retirada dos direitos trabalhistas e sobrecarregando de trabalho as mulheres. Aqui, vamos ficar de olho! Somos contra qualquer medida ou acordo que flexibilize, precarize ou terceirize os direitos das mulheres no trabalho. Reafirmamos o **direito de organização e greve**. Lutar não é crime!

As mulheres são a maioria da população e, por isso, também **lutamos por:**

Ampliação da política de apoio à economia solidária e cooperativas populares.

Reforma Urbana, moradia digna com infra-estrutura social

adequada. Denunciamos os despejos arbitrários e violentos no estado de São Paulo e lutamos pelo respeito e dignidade das pessoas, com atendimento habitacional imediato.

Ampliação do acesso à terra. É preciso avançar na reforma agrária e nas políticas que contribuam para a construção de igualdade no campo, regulamentar as terras indígenas e os territórios das populações quilombolas do estado de SP.

Democratização dos meios de comunicação. O Brasil deve aprovar a lei que regulamenta os meios de comunicação e possibilitar à população influenciar e decidir sobre estes no país, pondo fim à invisibilidade das mulheres e dos movimentos sociais.

Por isso, chamamos todas as mulheres que se indignam com as injustiças a virem para as ruas, a se somarem neste 8 de Março à nossa luta na construção de uma sociedade justa, igualitária, livre da violência e de toda opressão!

ATO/PASSEATA 8 DE MARÇO DIA INTERNACIONAL DE LUTA DAS MULHERES CONCENTRAÇÃO 13 HORAS NA PRAÇA DA SÉ



MULHERES EM LUTA CONTRA A VIOLÊNCIA MACHISTA, RACISTA E LESBOFÓBICA!

**SEGUIMOS LUTANDO CONTRA O CAPITALISMO PATRIARCAL,
A MERCANTILIZAÇÃO DA VIDA, DE NOSSOS CORPOS E DA NATUREZA!**

UM POUCO DE HISTÓRIA...

Em 1910, durante a 2ª Conferência Internacional das Mulheres Socialistas, a alemã Clara Zetkin propôs a criação do **Dia Internacional da Mulher**. A ação das operárias no dia 8 de março de 1917, precipitando o início da Revolução Russa, é a razão mais provável para a fixação desta data. Com a revolução, muitos direitos foram conquistados, como o voto, o direito ao aborto, ao divórcio, além do envolvimento real das mulheres na construção do socialismo no país. Neste dia internacional de luta nos solidarizamos com todas as mulheres do mundo que sofrem com as guerras, a pobreza, a violência e os preconceitos produzidos pelo patriarcado e intensificados pelo imperialismo no mundo.

Organizações:

Anastácia Livre, Anel, Apeoesp/Subsede Tatuapé, Articulação Popular e Sindical de Mulheres Negras de SP, Associação Comunitária de Mulheres da Cidade Tiradentes, Associação dos Servidores do Hospital das Clínicas, AVIB, Casa Anastácia, Casa Cidinha Kopkac, Casa da Mulher Lilith, Casa Helenira Rezende, Casa Viviane dos Santos, CDMC, CEGE-USP, Central de Trabalhadoras e Trabalhadores do Brasil- CTB SP, Centro Maria Maria, CIBRAN, CIM-Centro Informação Mulher, Ciranda Internacional de Comunicação Independente, Círculo Palmarino, Coletivo de Mulheres Ana Montenegro, Coletivo da Mulher jornalista do Sindicato dos Jornalistas do Estado de SP, Coletivo de Mulheres Revolução Preta, Coletivo Emancipar, Coletivo Feminista Lélia González- USP, Coletivo Juntas, Coletivo Marias Baderna- USP, Coletivo Yabá -Puc -SP, Coletivo Dandara, Comitê Popular da Copa, CNAB-Congresso Nacional Afro-Brasileiro, Coletivo Todas por Todas - Várzea Paulista, CONAM - Confederação Nacional das Associações de Moradores, Conselho Municipal LGBT, Consulta Popular, Coordenação Nacional de Entidades Negras, CRM- Embu, DCE -USP, Escola de Cidadania Santos Dias, Facesp - Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo, Família RAP Nacional, Federação de Mulheres Paulistas, FDIM - Federação Democrática Internacional de Mulheres, FEPAC - Federação Paulistana das Associações Comunitárias, Fetam, Federação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal, Fórum Promotoras Legais e Populares, Frente de Luta por Moradia, Frente Estadual pelo Direito à Comunicação e Liberdade de Expressão, Frente Feminista da USP, Fuzarca Feminista, GADHU- Grupo de apoio aos Direitos Humanos, GET- Mulheres encarceradas, Grupo de Combate ao Racismo, Intervozes, Intersindical, Juventude Livre /Refundação Comunista, LBL-Liga Brasileira de Lésbicas, Levante Popular da Juventude, Mandatos Juliana Cardoso e Adriano Diogo/PT, Toninho Vespoli, Ivan Valente e Carlos Giannazi /PSOL, Marcha Mundial das Mulheres, MDM - Movimento pelo Direito a Moradia, Mal Amadas-Poética do Desmonte, MMC- Movimento de Moradia do Centro, Movimento de Mulheres Olga Benário, Movimento de Saúde da Zona Leste, Movimento Mulheres em Luta, MST- Movimento Sem Terra, MSTC- Movimento de Moradia, Mulheres do Rompendo Amarras, Mulheres Guerreiras, Poéticas Feministas- UNESP, REF- Rede Economia e Feminismo, Secretaria da Mulher Trabalhadora da CTB, Secretaria de Combate às Opressões-SINDSEF, Secretaria de Mulheres -CSP Conlutas, Secretaria de Mulheres da APEOESP, Secretaria de Mulheres/FEM-CUT/SP, Secretaria Estadual e Nacional da Mulher Trabalhadora/CUT, Secretarias de Mulheres /Estadual e Municipal: PT, PCdoB, PCB, PSB, PSTU, PSOL,PCR, Sindicato dos Advogados de São Paulo, Sindicato dos Servidores Municipais de São Paulo-SINDSEP, Sindicato dos Bancários-SP, Sindicato dos Químicos de SP, Sindicato dos Correios, Sindicato dos Metroviários de SP, Sindicato dos Psicólogos, Sindicato Nacional dos Trabalhadores do IBGE, Sindicato dos Rodoviários/ABC, Sintaema, SINTRATEL-Sindicato dos Trabalhadores em Telemarketing/SP, SOF- Sempreviva Organização Feminista, UBM - União Brasileira de Mulheres, UGT, UJS - União da Juventude Socialista, UNE - União Nacional dos Estudantes, UNEGRO - União de Negros pela Igualdade, UNEAFRO, União de Mulheres do Município/SP, União dos Movimentos de Moradia/SP, União Popular de Mulheres do Campo Limpo.

MULHERES NAS RUAS POR UMA VIDA SEM VIOLÊNCIA MACHISTA, RACISTA E LESBOFÓBICA!

Neste 8 de Março, nós, feministas, mais uma vez vamos às ruas por autonomia e igualdade. Somos mulheres em movimento para mudar a vida das mulheres e toda a sociedade.

O machismo não acabou!

Ainda sofremos com a violência, a falta de direitos e autonomia. O sistema capitalista, patriarcal e racista nos impõe uma dura realidade de desigualdades. A atual crise internacional, econômica, financeira e ambiental, retira direitos históricos das mulheres, aumenta a discriminação, a exploração, a concentração de riqueza nas mãos de poucos e a violência.

Estamos nas ruas para dizer não à violência machista, racista e lesbofóbica. Lutamos por um mundo de igualdade, em que não sejamos agredidas por sermos mulheres, pela cor de nossa pele, por nossa orientação sexual ou pela nossa religiosidade. Queremos autonomia, liberdade e o fim da exploração!

VIVER SEM VIOLÊNCIA É UM DIREITO DE TODA MULHER

As causas da violência são a desigualdade e as relações de poder dos homens sobre as mulheres, que legitimam esta violência sexista.

O Brasil está em sétimo lugar no mundo em assassinatos de mulheres. Estupros coletivos acontecem em festas e nos transportes públicos. A Secretaria de Segurança Pública do estado de São Paulo registrou 944 estupros em janeiro de 2012, ou seja, mais de 31 casos por dia. Fora os que nem são denunciados. As agressões físicas lideram as denúncias por violência.

POR QUE HÁ TANTA VIOLÊNCIA NO ESTADO DE SÃO PAULO?

O estado de São Paulo não investe em políticas de enfrentamento e prevenção à violência contra as mulheres. Há 645 municípios e a maioria não possui nenhum mecanismo de apoio às mulheres vítimas de violência. Faltam Centros de Referência, Casas Abrigos, orientação jurídica e acolhimento na saúde para as que foram agredidas. As Delegacias da Mulher não atendem 24 horas e muitas atendem mal àquelas que denunciam. Na capital, os serviços de atendimento à violência precisam ser recuperados e ampliados.

A **Lei Maria da Penha** precisa sair do papel! É preciso **empenho dos governos municipais, estaduais, federal e do judiciário.**

Denunciamos a proposta de **Reforma no Código Penal** que quer acabar com as conquistas da Lei Maria da Penha, ao **diminuir as penas** estabelecidas e colocar a violência doméstica como um crime menor. São necessários mais investimentos em programas de combate e prevenção à violência.

BASTA DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER!

- A violência do **racismo**, que afeta principalmente as mulheres negras, aprofundando a pobreza e exclusão.
- A **lesbofobia**, que constrange e agride física e sexualmente as mulheres lésbicas simplesmente por amarem outra mulher.
- A violência contra as **mulheres encarceradas**, que não têm direitos mínimos garantidos.
- A violência contra as **mulheres em situação de rua**, que não têm políticas para ampará-las.
- O **assédio sexual e moral** no trabalho e nos meios de transporte, que afeta principalmente as adolescentes.
- A violência praticada nos **serviços de saúde**, quando as mulheres chegam abortando ou parindo.
- A violência que as mulheres **idosas e com deficiência** sofrem em casa e na vida pública.
- A violência que as mulheres sofrem com a **mídia machista e conservadora**, que transforma nossos corpos em mercadoria.
- Lutamos pelo fim do **genocídio da juventude negra**, que faz com que suas mães e avós sofram com o assassinato de seus filhos pela polícia e o tráfico, aumentando a insegurança e o medo.
- A violência do **capitalismo**, que superexplora as mulheres.

MULHERES NAS RUAS PELA LEGALIZAÇÃO DO ABORTO!

Viver uma vida sem violência também significa ter autonomia sobre nosso corpo. Nós devemos

ser livres para escolher se queremos ou não ser mães. Criminalizar o aborto não impede que ele seja feito, só contribui para a morte das mulheres – jovens, negras e pobres. Por não terem dinheiro para pagar uma clínica, elas se submetem a processos inseguros para interromper uma gravidez indesejada. Essas mesmas mulheres são vítimas de violência quando chegam aos hospitais em estado de abortamento.

É preciso ter saúde integral e com qualidade para as mulheres, que o aborto seja legalizado e incorporado ao SUS.

MULHERES NAS RUAS CONTRA A MERCANTILIZAÇÃO DOS NOSSOS CORPOS E DAS NOSSAS VIDAS!

A mercantilização avança cada vez mais sobre nossos corpos. Não é à toa que agora, às vésperas da Copa, circulam projetos de regulamentação da prostituição, que irão facilitar o turismo sexual e a exploração das mulheres.

A exploração de pessoas pela prostituição e a indústria do sexo e da pornografia é uma das atividades mais rentáveis para as máfias no mundo. **Prostituição não é sinônimo de livre exercício da sexualidade!** Regulamentá-la como profissão é legitimar um tipo de sexualidade em que mulheres estão a serviço dos homens. Nós lutamos por **autonomia, igualdade**, e pelo nosso direito a **exercer livremente nossa sexualidade**, por nós mesmas, e não a serviço de alguém!

Carolina Caleffi

